

AS OPERAÇÕES DE AMPLO ESPETRO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O INCREMENTO DAS AÇÕES DE COMBATE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, NO CONTEXTO DE UM CONFLITO ASSIMÉTRICO

*CONTRIBUTIONS FROM FULL SPECTRUM OPERATIONS TO
INCREASE COMBAT ACTION IN THE BRAZILIAN AMAZON, IN
THE CONTEXT OF AN ASYMMETRICAL CONFLICT*

Glauco Corbari Corrêa

Major de Infantaria (Brasil)

Discente do Curso de Estado-Maior Conjunto 2013/14

Investigador Associado do CISDI

Lisboa, Portugal

capcorbari@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar subsídios que indiquem contribuições das operações de amplo espectro para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico. A relevância fica evidenciada ao constatar-se que o século XXI caminha para se tornar o século dos conflitos irregulares assimétricos. No Brasil, a região amazônica, em razão das suas idiossincrasias e da ausência ou ineficiência do Estado, apresenta-se como o cenário mais provável de desenvolvimento de um conflito dessa natureza. Este trabalho foca-se especificamente no emprego das tropas brasileiras como Força Convencional, constatando-se que o Exército Brasileiro possui preparação incipiente para tal situação. Por seu turno, os Estados Unidos da América, diante das novas ameaças, reviram e atualizaram a sua documentação doutrinária. Firmou-se no Exército norte-americano o conceito das operações de amplo espectro, ou seja, a combinação simultânea de operações ofensivas, defensivas, de estabilização/apoio à população, emergindo mais recentemente também o conceito de operações terrestres unificadas. O trabalho considera ainda a experiência brasileira no combate a grupos irregulares no passado, bem como o atual emprego da Força no Haiti e na pacificação de Comunidades, no Rio de Janeiro, procurando retirar os devidos ensinamentos e adaptações para o Teatro de Operações amazônico.

Palavras-chave: Defesa Nacional, Estudos da Paz e da Guerra, Operações de Amplo Espectro, Conflitos Assimétricos, Amazônia brasileira.

Como citar este artigo: Corrêa, G., 2014. As Operações de Amplo Espectro e a sua Contribuição para o Incremento das Ações de Combate na Amazônia Brasileira, no Contexto de um Conflito Assimétrico. Revista de Ciências Militares, maio de 2014, II (1), pp. 87 - 116.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Abstract

The main objective of the present work is to seek subsidies that indicate possible contributions from a full spectrum of operations to increase combat action in the Brazilian Amazon, in the context of an asymmetrical conflict. This study is relevant, since the twenty-first century, marked by latent antagonism and uncertainties can become the century of irregular asymmetric conflict. In Brazil, this scenario fits specially in Amazon region, where there is a major probability of the development of a conflict of this nature, considering its idiosyncrasies, and absence and/or inefficiency of the State. The focus of this work is specifically in the use of troops like Conventional Force, noting that the Brazilian Army has incipient training to the situation presented. On the other hand, the United States of America, faced with these emergent threats have reviewed and updated their doctrine documents. The concept of full spectrum operations has established itself in the U.S. Army, namely the simultaneous combination of offensive operations, defensive operations, stability and support to the population, emerging more recently also the concept of unified land operations. This work considers as well the past Brazilian experience in fighting irregular groups and the current experience of the Army in Haiti, and in the pacification of slums, in Rio de Janeiro, collecting lessons and adaptations for the Amazon Theater of Operations.

Keywords: National Defence, Studies on Peace and War, Full Spectrum of Operations, Asymmetrical Conflict, Brazilian Amazon.

Glossário de Siglas

II GM	Segunda Guerra Mundial
4GW	Fourth Generation Warfare
ADP	Army Doctrinal Publication
C2	Comando e Controlo
C4G	Conflito de 4ª Geração
CMTC	Canadian Manoeuvre Training Centre
DSCA	Defense Support of Civil Authorities
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FM	Field Manual
G4G	Guerra de 4ª Geração

Glossário de Siglas

(Continuação)

LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MD	Ministério da Defesa
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
ONG	Organização Não-Governamental
Op	Operação
PND	Política Nacional de Defesa
PROFORÇA	Projeto de Força do Exército Brasileiro
R/1	Reserva Remunerada
Seg	Segurança
SIPLEX	Sistema de Planeamento Estratégico do Exército
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

Introdução

Ao longo da história das guerras da humanidade, o homem vem criando meios de vencê-las com maior rapidez e com menor número de baixas.

A afirmação acima apresentada tem íntima ligação com o novo cenário de guerra que se descortina com maior ímpeto no século XXI: os chamados conflitos assimétricos ou conflitos de 4ª geração (C4G), como defendido por alguns autores.

Mendes (2003, p. 46) assim define guerra assimétrica:

“(…) aquela que é empreendida no interior de um Estado, por Forças que se lhe opõem e que, sendo muito menores em efetivos e em meios militares, acabam normalmente por conseguir, a mais longo ou mais curto prazo, e por recurso a um conjunto de capacidades próprias – culturais e materiais, ou circunstanciais - obter a vitória”.

De forma análoga, o Ministério da Defesa (MD) brasileiro, por intermédio do Glossário das Forças Armadas (FA), Manual MD 35-G-01, define guerra assimétrica como:

“Conflito caracterizado pelo emprego de meios não convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate. 2. Conflito armado que contrapõe dois poderes militares que guardam entre si marcantes diferenças de capacidades e possibilidades. Trata-se de enfrentamento entre um determinado partido e outro com esmagadora superioridade de poder militar sobre o primeiro. Neste caso, normalmente o partido mais fraco adota majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra irregular” (Brasil, 2007, p. 123).

Para muitos teóricos da guerra na atualidade, a evolução dos conflitos armados, a partir do século XVII, pode ser apresentada em quatro fases distintas: a “1ª geração”, a partir de 1648 com a “Paz de Vestefália”, é caracterizada pelo emprego preponderante

do princípio da massa; a “2ª geração” caracteriza-se pelo emprego intensivo do fogo, culminando com a Primeira Guerra Mundial; a “3ª geração” foi marcada pela manobra, largamente empregue pela blitzkrieg alemã durante a Segunda Guerra Mundial (II GM); e a “4ª geração” surge tirando vantagem de mudanças sociais, económicas e tecnológicas ocorridas desde a II GM.

Os principais atores dos cenários de “1ª, 2ª e 3ª gerações” eram, preponderantemente, estados nacionais. Por outro lado, nos C4G ou assimétricos aparecem novos atores junto aos estados nacionais, organizações não estatais armadas e forças irregulares com diferentes características: anarquistas, separatistas, extremistas étnicos, políticos e religiosos, crime organizado, entre outras.

Segundo Visacro (2009, pp. 2-3), desde o fim da II GM ocorreram mais de oitenta guerras de natureza assimétrica. Acrescenta, ainda, que, durante a década de 1990, noventa e seis por cento dos conflitos foram assimétricos. Outro dado importante levantado pelo autor é que, somente no biénio 1999-2000, foram catalogados aproximadamente cinquenta incidentes possíveis de serem classificados como “ações de guerra não convencional”, ou seja, assimétricas. Sugere-se assim, a constatação de que grupos insurgentes, organizações terroristas e fações armadas romperam o pretense monopólio estatal sobre a guerra, protagonizando os principais conflitos da atualidade e adotando práticas qualificadas como “irregulares”.

No início do século XXI, diante dos reveses sofridos pelas tropas norte-americanas no Iraque frente a forças irregulares, que fazem uso de técnicas, táticas e procedimentos (TTP) não convencionais, o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) decidiu adotar um tipo de operação (Op) para se contrapor às incertezas e especificidades das novas formas de combater do inimigo. Assim, foram concebidas as operações de amplo espectro ou operações integrais (full spectrum operations).

De acordo com o Manual de Campanha norte-americano Field Manual (FM) 7-0 (Manual de Campanha FM 7-0) (EUA, 2008), as operações de amplo espectro abarcam operações ofensivas, defensivas, de estabilização (fora do país) e de apoio à população (dentro dos EUA).

No caso do Brasil – devido à crescente propagação de problemas ligados a invasões de terras, garimpo¹ ilegal, tráfico de drogas, bem como às questões relacionadas com a demarcação de terras indígenas e com a concessão de terras a quilombolas², entre outras – o território amazónico tem-se caracterizado por uma das áreas mais propícias para o desenvolvimento de conflitos assimétricos. Nessa região, os grandes vazios demográficos e a ausência ou ineficiência do Estado contribuem para que ela se torne um celeiro de conflitos internos. Uma das diretrizes presentes na Estratégia Nacional de Defesa (END) diz respeito à priorização dessa região do território nacional. Segundo a END (Brasil,

¹ Terreno onde se exploram metais preciosos, principalmente o ouro.

² As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o Brasil existam mais de três mil comunidades quilombolas (INCRA, 2012).

2012a, p. 5), a Amazônia constitui-se num dos principais focos de defesa, exigindo o avanço de um projeto de desenvolvimento sustentável, que terá obrigatoriamente que passar pelo trinômio monitoramento/controlo, mobilidade e presença.

No caso do Exército Brasileiro (EB), o emprego de forças militares numa Guerra de 4ª Geração (G4G) pode apresentar-se em duas vertentes: como Força de Resistência (mais fraco) ou como Força Convencional (mais forte), combatendo Forças que empreguem este tipo de ação. Limitando-se especificamente ao segundo caso, pode-se constatar, de imediato, que o EB possui doutrina e preparação ainda incipientes para a situação apresentada, devendo, portanto, desenvolver novas potencialidades ou tentar aperfeiçoar/adaptar as capacidades já existentes.

O presente trabalho não se foca no Combate de Resistência, mas sim nos conflitos assimétricos onde o EB será a Força com maior poder de combate. Em relação ao ambiente operacional, verifica-se que a região amazônica, devido às suas características, vulnerabilidades e ausência e/ou ineficiência do Estado, apresenta-se como o cenário mais provável de desenvolvimento de um conflito dessa natureza, apresentando um campo de batalha preponderantemente não linear.

Em função dessas circunstâncias, chega-se ao seguinte problema: em que medida a aplicação do conceito de operações de amplo espectro contribuiria para o incremento das ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico?

A possível adoção pelo EB do conceito de operações de espectro agregaria um importante aperfeiçoamento das formas de emprego da Força Terrestre (F Ter), modernizando a sua doutrina e acompanhando essa tendência mundial.

Cabe ressaltar que, em virtude da abrangência das operações integrais, elas dependem de decisões ao nível estratégico ou até mesmo político, uma vez que se estruturam em redes de apoio econômico e de mudança do cenário de determinada localidade, por exemplo, influenciando diretamente o dia-a-dia da população.

Tais contributos serão materializados no momento das confirmações ou das propostas de possíveis ações em execução ou a serem executadas pelo EB, no sentido de mostrar à sociedade e aos políticos a importância do esforço de financiar e incentivar o Brasil a posicionar-se diante de uma guerra assimétrica, contra um oponente que venha a ameaçar a integridade e a estabilidade da Amazônia brasileira.

1. Fundamentação teórica

a. Amazônia brasileira

Durante muito tempo especulou-se sobre o valor da Amazônia para o futuro do Brasil, assim como do reconhecimento da importância dessa região para a nação. Com o passar dos anos, houve tanto o receio de uma conquista demográfica pelos vizinhos, quanto de um ato de força por parte das potências do hemisfério norte que pudessem produzir um fato consumado. Essa questão, atualmente, expressa-se pelo risco de uma perda de controle concreta do território para atores sem identidade de Estado (a guerrilha, o

narcotráfico, organizações não-governamentais (ONG) etc.), ou pela perspectiva difusa de uma “internacionalização da Amazônia”, a partir de uma má ou insuficiente gestão brasileira da região (Vizentini, 2005).

As ameaças são inúmeras, mas focando-se ao contexto da agenda ambiental e de proteção às minorias indígenas (em relação à questão de demarcação de reservas), o que está em jogo é a atuação de algumas ONG, que as autoridades do Estado (particularmente os militares) encaram como ameaça à soberania nacional. De forma paralela, mas não menos preocupante, configura-se o desafio dos garimpos e a sua exploração irregular, gerando contrabando de riquezas naturais florestais, minerais e destruição ambiental, cultivo e tráfico de drogas (narcotráfico), estabelecimento de forças militares de fora da região frente às fronteiras brasileiras e a possível infiltração de forças guerrilheiras e ainda a forte possibilidade de ocorrerem vagas de refugiados, como consequência da militarização de conflitos em países vizinhos (Rosas, 2006).

De forma a caracterizar o cenário amazônico atual, Paiva (2006, p. 58) afirma que a região amazônica brasileira é um espaço inserido nas fronteiras do país, mas que ainda não foi efetivamente ocupado e integrado à Nação. O autor continua a sua reflexão colocando em destaque a ideia de que a vulnerabilidade na região é consequência do vazio do poder, da ausência do Estado e do baixo grau de integração.

Para Pinheiro (1995), o ambiente de selva, a extensão territorial, a imensa faixa de fronteira, a rarefação demográfica, a deficiência de transportes e a precariedade das comunicações são fatores característicos daquela que é ainda hoje, a área estratégica de maior prioridade no território brasileiro.

Nesse sentido, importa referir que a Amazônia já foi palco de confronto do EB contra forças irregulares. As ações combinadas do EB e do Exército Colombiano contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) no ano de 1991, denominadas de “Operação Traíra” e “Operação Perro Loco”, que se materializaram nas reações ao ataque desses guerrilheiros a um destacamento do EB (Destacamento Traíra) na fronteira com a Colômbia, demonstraram a necessidade de estar preparado para se contrapor a situações dessa natureza. Para Pinheiro (1995), trata-se de um conflito de baixa intensidade³, onde o inimigo, genericamente designado de “Forças Adversas”, pode apresentar-se sob várias matizes – narcotraficantes, garimpeiros⁴ clandestinos, indígenas apátridas, guerrilheiros com ou sem motivações ideológicas, aventureiros internacionais, agentes infiltrados de potências fora do subcontinente sul-americano, ou mesmo uma combinação desses elementos – pondo em risco a segurança (Seg) nacional, nas regiões fronteiriças amazônicas.

Assis (2005) infere que a Amazônia é inegavelmente uma área de grande importância geopolítica. Apresenta problemática intrínseca, resultante de uma série de realidades que se

³ Segundo o Glossário das FA (MD 35-G-01), o conflito de baixa intensidade refere-se a um confronto limitado e violento, no qual, pelo menos um dos lados não utiliza a sua capacidade total. É caracterizado por ações assimétricas, onde um dos lados adota medidas de terror e guerrilha na área de conflito (normalmente, urbana), procurando desta forma atingir seus objetivos políticos (Brasil, 2007, p. 64).

⁴ Garimpeiros são pessoas que realizam a extração de pedras preciosas - ou de ouro - nos terrenos de aluvião ou quebrando cascalhos para a busca de metais preciosos.

chocam entre si, das quais podem ser destacadas: a imensa extensão territorial; a longa linha de fronteira; as imensuráveis riquezas naturais; a rarefação demográfica e a deficiência de transportes, bem como a precariedade de comunicações que materializam o seu isolamento.

A tudo isto, somam-se fatores socioeconômicos envolvendo particularmente vários problemas que afetam a sua segurança e o seu desenvolvimento, tais como: o garimpo desordenado e sem qualquer tipo de controle; a problemática dos índios; a questão ecológica, cujas imensas áreas de preservação ambiental restringem a implantação de atividades produtivas, dificultando o desenvolvimento econômico; o narcotráfico, que é o principal agente estimulador dos atos criminosos que afetam bastante a segurança nacional, atuando pelo efeito da violência e muitas vezes, comungando com movimentos guerrilheiros (narcoguerrilha⁵); as questões pela posse de terras, que ocasionam uma acirrada disputa entre latifundiários, fazendeiros, grileiros⁶, posseiros⁷ e indígenas. Por último, muitas das ONG aproveitam do isolamento em que vivem as comunidades do interior e da fronteira – normalmente dirigidas e financiadas por organismos internacionais – e acirrando as disputas pela posse de terras, incutem falsas ideologias, aplicando a biopirataria e acobertando a sua missão principal na obtenção e no fornecimento de dados técnicos e científicos, que são repassados para fontes externas, inibindo a atuação e o controle dos órgãos competentes (Assis, 2005).

Além dos fatores atrás mencionados, existe a ameaça do “inimigo internacional”, que pode intervir na Amazônia sem fazer uso de meios militares clássicos, mas sim de operações psicológicas para reivindicar perante a comunidade internacional a retirada da soberania brasileira sobre a área. Para isso, deverá criar motivos, ou seja, uma “bandeira” para ampliar sua liberdade de ação junto aos Organismos Internacionais. Estabelecer uma força adversa que emprega TTP de guerrilha com “objetivos nobres” – preservação ambiental ou preservação dos indígenas e suas terras, por exemplo – potencializaria o objetivo estratégico de retirar a soberania sobre os recursos da Amazônia.

Em entrevista concedida ao Programa Canal Livre da TV Band, em 15 de maio de 2011, o General-de-Exército da Reserva Remunerada (R/1), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, antigo Comandante Militar da Amazônia, declarou que existe uma forte possibilidade de ocorrer um conflito na região amazônica gerado por problemas relacionados a garimpos ilegais, a invasões de áreas florestais por madeireiros, a tráfico de drogas, entre outros. Acrescentou ainda que apesar das hipóteses de emprego do EB serem baseadas principalmente nas missões constitucionais de defesa do território nacional e de manutenção da soberania, as missões secundárias para contrapor aos ilícitos citados acima vêm ganhando relevância, à medida que vão saindo da esfera da segurança pública e entrando na esfera da Segurança Nacional (Pereira, 2011).

⁵ A narcoguerrilha refere-se à guerrilha associada ao narcotráfico. Um bom exemplo são as FARC.

⁶ Os grileiros são agentes de grandes proprietários de terras que se apropriam ilegalmente de extensas porções de terras, mediante a falsificação de títulos de propriedade. Com a ajuda de caceteiros, expulsam posseiros e índios das terras. Em linhas gerais, as terras “griladas” passam para o controle dos novos “proprietários”.

⁷ Os posseiros são agricultores que cultivam pequenos lotes, geralmente há muitos anos, mas não possuem o título de propriedade da terra. Eles têm a posse da terra, mas não os documentos legais registrados em cartórios, que garantem a sua propriedade. Normalmente são vítimas de fazendeiros e empresas.

A população da Amazônia sente que as políticas seguidas pelo Estado não correspondem às suas reais necessidades. Existem inúmeras áreas que carecem de maior presença do Estado, tais como a saúde, a educação, o saneamento e a segurança pública.

Os diversos movimentos sociais existentes na região têm um caráter democrático, todavia a falta de perspectiva de diálogo com o Estado reduz a governabilidade e afeta a soberania. As teorias sobre segurança do Estado indicam que há dois modos diferentes de atuação. O primeiro caracteriza-se na diminuição da ameaça na sua origem e o segundo constitui-se na diminuição da vulnerabilidade interna frente a uma determinada ameaça. Esta indicação aplica-se à soberania, tanto para o Brasil como para a Amazônia (Becker, 2004, p. 214).

Ainda segundo Becker (2004, p. 214), o Brasil enfrenta muito bem as ameaças externas, mas deve reduzir a sua vulnerabilidade interna. Visto sob outro ângulo, o que os movimentos sociais na Amazônia na verdade reivindicam é uma maior presença do Estado. É na sua ausência que os atores externos (não necessariamente estrangeiros) se instalam, suprimindo o que o Estado não pode oferecer.

De acordo com Silva (2004, p. 107), a Amazônia é a porção do país mais vulnerável às chamadas “ameaças irregulares” à segurança. Uma nova proposta de defesa para a região amazônica deverá ser pensada, seja para aperfeiçoar as experiências positivas, seja para implementar mudanças naquilo que não deu certo. É a partir da reflexão e do debate que surgirão novas respostas ao desafio amazônico.

A legislação brasileira é repleta de documentos basilares que elencam a Amazônia brasileira como área prioritária de segurança e defesa, bem como apontam a necessidade do Brasil possuir FA aptas, equipadas, presentes e motivadas para operar, defender e contribuir para o desenvolvimento daquela importante região.

A Política Nacional de Defesa (PND), atualizada em 2012, é um importante documento que estabelece objetivos e diretrizes com vista à preparação e ao emprego dos meios civis e militares em todas as esferas do Poder, em prol da Defesa Nacional. Este documento coloca a Amazônia como prioridade devido ao seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, bem como revela a importância de que o adensamento da presença do Estado, e em particular das FA, ao longo das fronteiras brasileiras, é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (Brasil, 2012d).

Seguindo essa mesma linha, a END também atribui grande prioridade à região amazônica. Prescreve que para defender a Amazônia será preciso ampliar a segurança jurídica e reduzir os conflitos decorrentes dos problemas fundiários ainda existentes. Essa transformação só será possível com a estratégia da presença, em virtude dos obstáculos à mobilidade e à concentração de forças. Outra implicação constante na END é a necessidade de dispor de suficientes e adequados meios de transporte para apoiar a aplicação dessa estratégia na região amazônica, sobretudo as atividades operacionais e logísticas realizadas pelas unidades da F Ter situadas na fronteira (Brasil, 2012a).

Dessa forma, com base na PND, na END e na Estratégia Militar dela decorrente, as FA deverão submeter ao MD os seus Planos de Equipamento e de Articulação, os quais

deverão contemplar uma proposta de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das Hipóteses de Emprego (Brasil, 2012a, p. 31).

De acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (2012b, p. 19):

“A Amazônia representa um dos focos de maior interesse da defesa. A Pan-Amazônia, equivalente à totalidade da Amazônia na América do Sul, tem, em números aproximados, 40% da área continental sul-americana e detém 20% da disponibilidade mundial de água doce. A maior parcela de extensão amazônica pertence ao Brasil – cerca de 70%. O Brasil afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, que possui mais de 4 milhões de km², abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. A cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais”.

Alinhados com os diplomas legais de instâncias superiores já citados (LBDN, PND e END) encontram-se documentos produzidos pelo EB recentemente e que dão tratamento especial à Amazônia, particularmente no que diz respeito às ações e presença da FTer naquela região. Entre esses documentos, podem ser destacados a Diretriz Geral do Comandante do Exército (2011-2014); o Processo de Transformação do Exército; a Estratégia Braço Forte; o Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA) e o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX).

b. Conflitos assimétricos

A importância dos conflitos assimétricos na atualidade pode ser constatada na afirmação de Castro (2007, p. 77):

“(…) pode-se afirmar que as Forças Armadas encontram-se sob efeito pendular e paradoxal: preparar-se para conflitos assimétricos ou permanecer preparando-se para a remota possibilidade de uma guerra convencional. A decisão, seja ela qual for, requer coragem, sabedoria, estudo e, principalmente, adequação de conceitos que rompam, em tese, com o sistema em vigor”.

Pinheiro (2007, p. 17) define a “4ª geração” ou “4ª fase” como aquela resultante de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas desde a II GM. Junto aos estados nacionais, aparecem como novos atores protagonistas forças que utilizam procedimentos da guerra irregular.

De acordo com Bartolomé (2008, pp. 49-50), o conceito de guerra assimétrica surgiu pela primeira vez em 1955 na publicação norte-americana *Joint Warfare of the Armed Forces*, em referência a rivalidades armadas nas quais se enfrentam forças desiguais como forças aéreas *versus* terrestres, forças aéreas *versus* navais etc. Nos dias de hoje, entende-se por conflito assimétrico aquele no qual “a resposta de um dos protagonistas, ao enfrentar o seu oponente, não enfatiza que se procure uma igualdade de forças, a não ser no emprego de táticas não convencionais” (Bartolomé, 2008, pp. 49-50).

Já Metz (2001, p. 24) tratou da questão de maneira simplificada, considerando que a ideia de assimetria, quando aplicada a um conflito, refere-se a algum tipo de diferença para ganhar vantagem sobre o adversário, destacando três características gerais: normalmente tenta produzir um impacto psicológico de magnitude tal, com choque ou confusão, que afete a iniciativa, a liberdade de ação ou os desejos do oponente; requer um estudo anterior das vulnerabilidades do oponente e tende ao emprego de armas e tecnologias inovadoras.

Nesse âmbito, destaca-se o termo “guerra assimétrica”, utilizado muitas vezes como sinônimo de G4G. Na verdade, segundo Visacro (2009), a expressão conflito assimétrico surgiu em 1974, na obra *“The Concept of Power and Its Use Explaining Asymmetric Conflict”*, de autoria de Andrew Mack. Naquela época, von Der Heydte falava de natureza não equivalente (Heydte, 1990).

De acordo com Costa (2001, p. 2), há grande concordância entre chineses e norte-americanos em relação à existência de um novo tipo de guerra. Merecem destaque as análises realizadas pelos coronéis chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui, na publicação “Guerra Irrestrita”⁸, e pelos norte-americanos em artigos publicados, entre outros, pelo já citado Steven Metz e Winn Schwartau. Costa alerta ainda que os brasileiros precisam olhar este novo tipo de guerra sob duas abordagens: o chinês e o norte-americano, pois o país poderá apresentar-se ora como “pedra” ora como “vidraça”. No presente trabalho, as FA são empregues, preponderantemente como “pedra”, parafraseando o professor Darc Costa. Isto significa dizer que no caso de um conflito assimétrico deflagrado na região amazônica, as FA brasileiras irão constituir-se no partido mais forte.

Segundo Pesce et al. (2007), o termo “guerra de quarta geração” vem sendo empregue para designar o conflito multidimensional, envolvendo ações em terra, no mar, no ar, no espaço exterior, no espectro eletromagnético e no ciberespaço. Nesse novo contexto estratégico, o inimigo pode não ser um Estado organizado, mas um grupo terrorista ou outra organização criminoso qualquer.

Em outubro de 1989, William S. Lind, os coronéis Keith Nightengale, Joseph Sutton, Gary Wilson e o capitão John Schmitt – oficiais do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA – publicaram o artigo *“The Changing Face of War: Into the Fourth Generation”* na revista Marine Corps Gazette. Nesse artigo apresentaram o seu conceito de G4G. Naquela ocasião, os autores identificavam que a Era Moderna havia passado por três gerações na maneira de fazer a guerra, segundo as mudanças qualitativas nas suas condutas táticas.

De acordo com Serrano (2013, p. 68), os autores de artigos ligados à G4G, particularmente William Lind, demonstram falta de critério na elaboração de suas ideias. Eles lançam suas ideias ao leitor sem explicá-las convenientemente e, muitas vezes, sem fundamentá-las. Em função disso, tal teoria tem sido rejeitada por muitos leitores. Esta situação leva-nos a considerar que trata-se de um conceito em construção e que deve ser trabalhado com atenção e espírito crítico.

⁸ De acordo com Liang e Xiangsui, a primeira regra na guerra irrestrita – ou guerra sem limites – é a de que não existem regras, nada é proibido. Além disso, afirmam que a Guerra Cibernética é tão importante quanto os poderes Naval, Terrestre e Aéreo (Liang et al., 2002).

No ano de 1993, o professor britânico John Keegan também contribuiu para o debate acerca do futuro da guerra. Num dos seus livros, chamado “Uma História da Guerra”, contesta Clausewitz⁹ e assegura que a guerra não é uma continuação da política por outros meios. Ao longo da obra, Keegan procura demonstrar que a guerra é um fenómeno cultural e que muitos dos conflitos mais cruéis dos dias atuais têm origens ancestrais e parecem ter por objetivo um “deslocamento territorial” que é familiar aos antropólogos nos seus estudos da guerra “primitiva”. Para Keegan, esses conflitos são apolíticos num grau não admitido por Clausewitz (Keegan, 1995).

De facto, as evidências documentadas ao longo da evolução da guerra irregular e porque não dizer dos conflitos assimétricos da atualidade, levam-nos a crer que a teoria da “Guerra de Atrito” clausewitziana não é apropriada para a condução de campanhas contra forças irregulares, muito embora alguns autores apresentem limitações e críticas ao conceito de guerra assimétrica e de G4G.

De acordo com Serrano (2013, p. 65), há falhas evidentes na teoria da G4G. Para o autor, “a guerra continua a apresentar diferentes feições, mas não há gerações. O que há é a manifestação de sua natureza subjetiva, moldada pelos inumeráveis e variáveis contextos políticos, económicos, militares, sociais e tecnológicos nos quais ela é travada” (Serrano, 2013, p. 76).

Para Echevarria II (2005, p. v), apesar da teoria da G4G ter se reiventado várias vezes, ela apresenta inúmeros defeitos fundamentais que precisam ser expostos antes que possam causar danos ao pensamento operacional e estratégico dos EUA. Segundo o autor, a sequência do que se convencionou chamar de gerações da guerra é artificial e indefensável, ocasionando que cada geração evolua da sua predecessora – como deve ser a progressão natural das gerações – e eventualmente a substitua. Todavia, o modelo de gerações é uma forma ineficaz para descrever mudanças na guerra. Raramente ocorrem substituições simples, uma vez que desenvolvimentos significativos normalmente ocorrem em paralelo. O poder de fogo, por exemplo, teve um papel importante na II GM, na Guerra da Coreia e na Guerra do Vietname assim como a manobra, talvez até mais. Na verdade, a insurgência como uma forma de fazer a guerra remonta à antiguidade clássica e, dessa forma, antecede as chamadas segunda e terceira gerações (poder de fogo e manobra), como descrito pelos teóricos da G4G. Insurgentes, guerrilheiros e combatentes da resistência figuram largamente em muita das guerras travadas durante a era da guerra clássica (Echevarria II, 2005, p. 10).

Segundo Karp et al. (2008, p. 8), o maior contributo dos debates acerca da G4G tem sido lembrar-nos do óbvio, ou seja, que o caráter da guerra (e com quem ela é travada) está sujeito a constantes mudanças. Para os autores, a G4G continuará a se desenvolver e em algum ponto será eventualmente substituída como forma dominante de guerra por outra – “quinta geração” por exemplo –, que poderá ser velha ou nova, denotando a necessidade de estarmos atentos a esta realidade.

⁹ Clausewitz foi um general prussiano (1780-1831), sendo considerado ainda um dos maiores estrategistas e teóricos da guerra de todos os tempos. Na sua famosa obra “Da Guerra”, Clausewitz afirma que a guerra é a continuação da política por outros meios e é travada por uma “trindade surpreendente” composta pelo governo, o exército e o povo (Clausewitz, 2010).

As questões acima levam-nos a refletir mais uma vez sobre a importância da criticidade quando se fala na teoria da G4G, sem, contudo, deixar de explorar os ensinamentos que dela possam advir.

Retornando à questão dos conflitos assimétricos do presente século, podemos inferir que destacam-se a Guerra do Iraque e a Guerra do Afeganistão. Ambas constituem-se num verdadeiro laboratório de assimetria. As FA norte-americanas e as dos demais países envolvidos nos conflitos tiveram que se adaptar e reestruturar para lograr êxito nessas empreitadas, buscando alguma regularidade na imprevisibilidade. Esse quadro apresentado comprova que o século XXI caminha, de fato, para se tornar no século dos conflitos irregulares assimétricos.

Na maioria destes conflitos, as chamadas operações de amplo espectro foram muito utilizadas, particularmente pelas tropas norte-americanas, tendo a sua eficiência e eficácia testadas diante de um contexto de ameaças híbridas. Na maior parte, os resultados foram positivos.

Diante de todas as informações acima apresentadas, pode-se fazer a seguinte pergunta: será que o Brasil está preparado para enfrentar uma G4G?

Visacro (2009, p. 40) aponta o seguinte:

“(...) o conceito de 4GW¹⁰ é esclarecedor e rompe, definitivamente, com o estereótipo, ainda tão arraigado, da guerra como a mera confrontação formal e direta entre duas forças regulares de Estados nacionais antagônicos. Em termos gerais, podemos afirmar que, atualmente, a esmagadora maioria dos profissionais militares, graças à ortodoxia e ao ceticismo de sua formação, são soldados de, no máximo, “segunda geração”. Em muitos poucos exércitos, predomina uma cultura de “terceira geração”, assim como são poucos os exércitos que dispõem, de fato, de unidades vocacionadas e aptas a travarem uma guerra de quarta geração e, mesmo assim, representam um segmento minoritário de suas forças armadas. Guerra de quarta geração não significa, simplesmente, guerra irregular, tampouco, apenas, terrorismo. Porém, não resta dúvida de que, mesmo dentro dessa teoria, a guerra irregular, por definição e prática, permanecerá como a forma de conflito predominante”.

Importa referir, que o território brasileiro já foi palco de conflitos de caráter assimétrico no passado e poderá sê-lo novamente se não forem tomadas as medidas preventivas necessárias.

Podem ser citadas como exemplo do passado: a Guerrilha do Caparaó, no período de 1966 a 1967; a organização de um campo de treino de guerrilheiros por Carlos Lamarca e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no vale do Ribeira, em 1969; a “Operação Pajuçara”, em 1971 e a chamada Guerrilha do Araguaia, que ocorreu de 1972 a 1975.

Destes episódios, existem muitos ensinamentos e lições a retirar. Jamais uma guerra entre “irmãos nacionais” será reverenciada ou almejada. Todavia, há necessidade de se estar preparado para o amplo espectro de situações que se pode apresentar na volatilidade do mundo atual.

¹⁰ 4GW é a abreviatura norte-americana para o termo “guerra de quarta geração” (fourth generation warfare).

Atualmente, a situação da instalação ou expansão do terrorismo na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, a questão dos brasileiros (e seus descendentes) residentes no Paraguai, em áreas fronteiriças com o Brasil, a questão dos brasileiros (e seus descendentes) residentes na Bolívia, em áreas fronteiriças com o Brasil, as ações cada vez mais ousadas do crime organizado, além dos potenciais problemas, preocupações ou ameaças já citados, devem receber uma atenção especial por parte do Estado brasileiro.

Cabe lembrar que a preparação das FA para operar num quadro de conflito assimétrico e/ou guerra irregular pode demorar décadas. Assim sendo, se algo não for feito desde já, o Brasil poderá ser surpreendido no futuro.

c. Operações de amplo espectro

Fruto da experiência americana nos últimos anos, particularmente nas Guerras do Iraque e do Afeganistão, foi efetuada, em fevereiro de 2008, a atualização do manual de campanha do Exército dos EUA FM 3-0 (Operações). O manual reconhece que as tarefas ofensivas, defensivas e de estabilização ocorrem simultaneamente, em menor ou maior grau, caracterizando o amplo espectro das operações. Segundo o FM 3-0, nas operações de amplo espectro o Exército combina operações ofensivas, defensivas e de estabilização (no exterior) ou apoio civil (em território norte-americano), simultaneamente, como parte de uma força combinada interdependente para conquistar, manter e explorar a iniciativa, aceitando um grau de risco aceitável que permita criar oportunidades, visando alcançar resultados decisivos (Figura nº 1). Emprega ação sincronizada, letal (operações ofensivas e defensivas) e não letal (operações de estabilização ou apoio civil), proporcional à missão e com uma compreensão completa de todas as variáveis do ambiente operacional (EUA, 2011b).

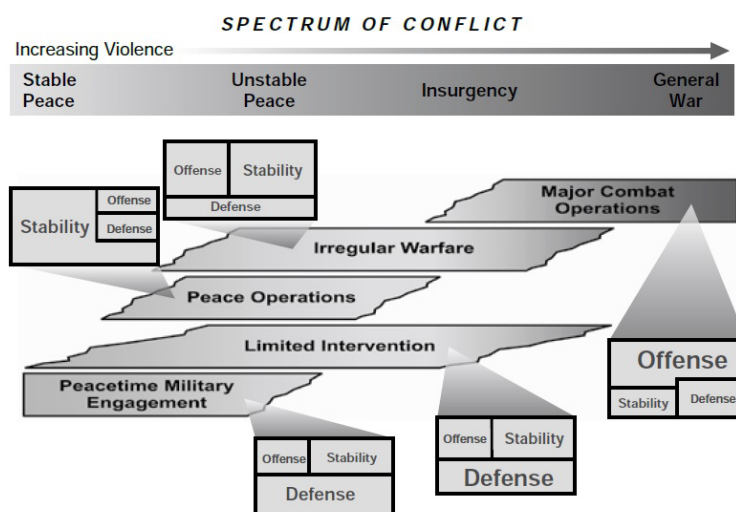


Figura nº 1 – O espectro do conflito

Fonte: (Wallace, 2008, p. 5).

No FM 3-0 é referido que o Exército norte-americano tem uma obrigação legal e moral para com a população, ressaltando o conceito que ganhar batalhas e combates é importante, mas o estabelecimento da paz vem moldando cuidadosamente a situação civil resultante. O referido manual salienta ainda a importância de colaboração interagências¹¹ e correlaciona as tarefas de estabilidade dos setores técnicos de estabilização e reconstrução pós-conflito do Departamento de Estado (Wallace, 2008, p. 3) (Figura nº 2).

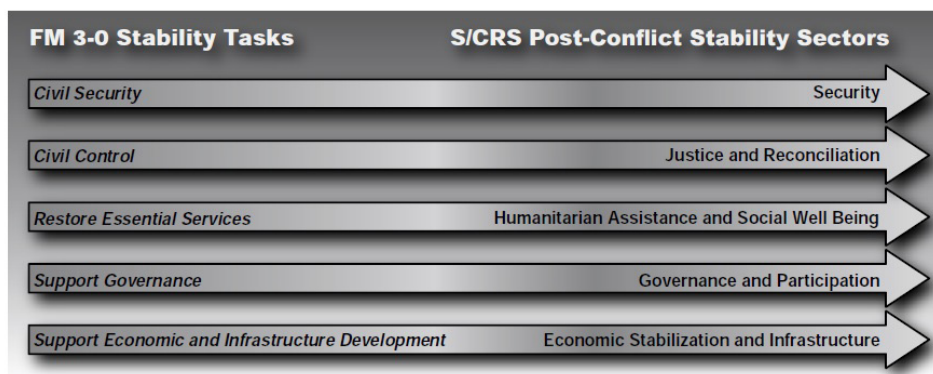


Figura nº 2 – Tarefas de Estabilidade

Fonte: (Wallace, 2008, p. 3).

Em dezembro de 2008, as operações de amplo espectro foram tema de um manual específico: o manual FM 7-0 - Training for Full Spectrum Operations (EUA, 2008).

Em fevereiro de 2011, o manual FM 7-0 foi atualizado, passando a chamar-se de Training Units and Developing Leaders for Full Spectrum Operations. A essência do manual permaneceu a mesma, ou seja, o aperfeiçoamento na preparação para as operações integrais. Todavia, passou a ser dada maior ênfase ao aspecto da liderança em todos os níveis e ao terreno humano¹² (EUA, 2011c).

Importa referir, que os conhecimentos acima apresentados são novos e pertinentes, colhidos na sua essência em campanhas militares alinhadas com os objetivos políticos dos EUA, bem como são perfeitamente adaptáveis às atuais ameaças que ocorrem um pouco por todo o mundo, mas também no Brasil e mais especificamente na Amazônia brasileira.

A *Army Doctrinal Publication 3-0* (ADP 3-0), que substituiu o FM 3-0 (versão 2008), instituiu o conceito de *Unified Land Operations* em substituição ao conceito de *Full Spectrum Operations*. Este é o primeiro manual publicado sob o manto da chamada “Doutrina 2015” do Exército norte-americano. A ideia de combinação de diferentes tipos de operações

¹¹ As Operações interagências – ou interagenciais – caracterizam-se na “interação das Forças Armadas com outras agências, tendo como finalidade conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos” (Brasil, 2012c, p. 14).

¹² O terreno humano está relacionado com o conceito de consciência cultural, bem como com a importância que deve ser dada à população (lideranças locais, por exemplo) para a conquista de objetivos estratégico-militares. A síntese desse aspecto é a conquista de “corações e mentes”.

persiste, embora a ideia central assente na sincronização, coordenação e/ou integração de atividades de entidades governamentais e não-governamentais com as operações militares (Op Interagências) para atingir unidade de esforço (EUA, 2012).

As principais razões para mudança foram: a significativa experiência operacional recente; a política e doutrina envolventes; e a transformação Conjunta e do Exército. A ADP 3-0 apresenta como temas mais importantes os seguintes: ênfase na liderança e nos soldados; importância da iniciativa; missão de comando em substituição ao Comando e Controlo (C2); ambiente operacional; simultaneidade de operações ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio de defesa às autoridades civis (*Defense Support of Civil Authorities – DSCA*); conceito de poder de combate; funções de guerra; processo operacional; interdependência conjunta; princípios de guerra; arte operacional e ação unificada (EUA, 2012).

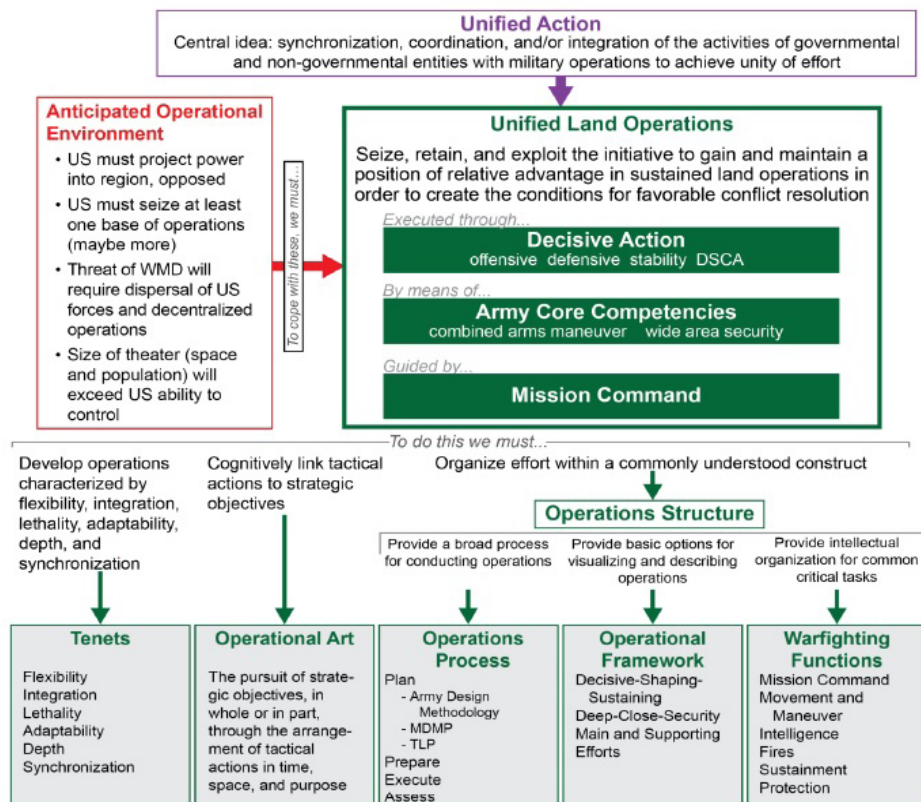


Figura nº 3 – Lógica subjacente das operações terrestres unificadas

Fonte: (EUA, 2011a, pp. iii-iv).

Nessa nova publicação, as “operações terrestres unificadas” substituem as “operações de amplo espectro” como conceito operacional do Exército. A “ação decisiva” substitui as “operações de amplo espectro” como termo empregue para a combinação simultânea de tarefas ofensivas, defensivas e de estabilidade/apoio de defesa às autoridades civis (Figura nº 3).

Importa ressaltar ainda que a ADP 3-0 oferece duas ideias adicionais que demandam citação. Uma delas, a “letalidade”, é certamente uma nova ideia, mas sua articulação é básica para as operações militares. A segunda ideia adicional, a introdução da “manobra de armas combinadas” e da “segurança de áreas amplas” como as duas competências essenciais do Exército, representa um acréscimo importante, cuja utilidade e significado exigem uma discussão mais aprofundada (Benson, 2012, p. 10).

Apesar dessa busca por respostas para os desafios futuros do Exército dos EUA, a ADP 3-0 já tem recebido algumas críticas. Segundo Clark (2012, p. 46), a ADP 3-0 não se trata apenas de um mero manual, mas sim de uma oportunidade para comunicar uma visão e que não deve ser desperdiçada.

Tal necessidade é particularmente premente agora, quando o Exército dos EUA tem de resolver questões através de uma mistura confusa de conflitos de ideias institucionais. Em primeiro lugar, após dez anos de operações contínuas, é preciso fazer um balanço da experiência norte-americana duramente conquistada e identificar as lições que precisam ser codificadas na doutrina. Em segundo lugar, ninguém espera que a próxima década seja muito parecida com a última, por isso não se pode depender apenas da acumulação de experiência de guerra. Soldados em todos os lugares reconhecem este fato, e eles olham para a Instituição à procura de alguma indicação de como se preparar para novos desafios. Em terceiro lugar, a adoção da modularidade é a maior mudança organizacional dentro do Exército dos EUA desde o início da década de 1960. Isso foi realizado sob pressão, enquanto se lutava em duas guerras, porém tal façanha deixou os norte-americanos sem tempo para reflexão. Agora há uma oportunidade para pensar sobre as implicações da modularidade em todo o espectro do conflito e explicar essas implicações para a Força. Em quarto lugar, em um momento de diminuição de recursos, é importante para a doutrina explicar como as lições do passado, os desafios do futuro e a nova estrutura de Força se encontram. Não há margem para desperdício ou esforço mal dirigido (Clark, 2012, p. 46).

Voltando à questão das operações de amplo espectro, importa referir que este conceito foi introduzido no Exército dos EUA como elemento fundamental da doutrina em 2001, com a edição do primeiro manual FM 3-0, em substituição à série FM 100-5. O conceito evoluiu ao longo do tempo, conforme as experiências de combate norte-americanas. Apesar da introdução do conceito de “operações terrestres unificadas” no Exército norte-americano, para o presente trabalho permanecem válidas todas as premissas e concepções das “operações de amplo espectro”, tendo em vista os ensinamentos já consagrados desse conceito, assim como a possibilidade de adaptação à situação brasileira. Cabe ainda salientar, que não se trata de mera e simples transposição da realidade do Exército dos EUA para a doutrina do EB. Na verdade, a doutrina deve estar, antes de tudo, alinhada com a concepção estratégica de emprego da Força.

Um caso clássico norte-americano de emprego de operações de amplo espectro foi a batalha pela localidade de Samarra, no Iraque, no início de outubro de 2004, no contexto da Op Baton Rouge. Inicialmente, as tropas norte-americanas enfrentaram um inimigo que utilizava TTP de guerra irregular, mas esta fase não foi a mais importante. Os grandes desafios

acabariam por vir depois, tais como a estabilização, a reconstrução e os contactos com as lideranças locais.

Fazendo um paralelo com a situação na Amazônia brasileira, no caso de um conflito assimétrico, pode-se verificar claramente a aplicação desse conceito, enfatizando que a vitória não será obtida na fase dinâmica, mas sim na fase de transição. Dessa forma, o desencadeamento de ações concretas no sentido de se estabelecer e/ou estreitar os laços com autoridades, entidades e agências diversas, desde os dias de normalidade, é imprescindível. Esse ambiente interagências propiciará amadurecimento das relações e terreno fértil para o desenvolvimento de atividades integradoras de segurança e defesa da Amazônia.

Outro caso clássico de Op de amplo espectro bem-sucedida, só que no nível Brigada, com intenso foco na estabilização, foi empreendido pelo então Coronel do Exército dos EUA Sean MacFarland (hoje General), na cidade de Ramadi, também no Iraque, nos anos de 2006 e 2007.

Os impressionantes melhoramentos em Seg na província de Al Anbar durante 2007 mudaram de maneira significativa o panorama político e militar do Iraque. A vitória tática tornou-se o momento decisivo quando os líderes mais antigos e com discernimento, ambos iraquianos e norte-americanos, aplicaram o modelo de Ramadi em toda a província de Anbar, Bagdá e noutras partes do país, mudando dramaticamente o processo de Seg do Iraque. Esse fenómeno de sucesso que se espalhou pelo resto do Iraque ficou conhecido como o “Despertar de Anbar”, que teve por objetivo empregar cuidadosamente a concentração de operações letais; defender a população por meio de uma presença avançada; cooptar líderes locais; desenvolver competentes forças de segurança com a nação anfitriã; criar a crença pública no crescente sucesso e desenvolver uma infraestrutura humana e física (MacFarland et al., 2008, p. 79).

Para MacFarland et al. (2008, p. 92), as lições aprendidas mais importantes em Ramadi foram: aceitar o risco para obter resultados; uma vez ganha a iniciativa, nunca conceder trégua ou refúgio ao inimigo; nunca parar de procurar outra alternativa para atacar o inimigo e que as tribos representam o povo do Iraque e a população representa o “terreno chave” do conflito.

Recentemente, no ano de 2011, a fim de facilitar o treino em operações de amplo espectro, o Exército norte-americano criou o *Full Spectrum Training Environment*, localizado na Alemanha, que combina área de treino físico com um ambiente construtivo e virtual (Figura nº 4).

Noutro país da América do Norte, mais especificamente no Canadá, as FA dispõem, igualmente, de um centro de treino voltado para as operações de amplo espectro. O Canadian Manoeuvre Training Centre (CMTC) é um centro de treino nacional canadiano que proporciona treino coletivo em operações de amplo espectro no ambiente de operações contemporâneo.

Atualmente, o CMTC conduz a cada outono o Exercício “Maple Resolve”, permitindo que militares dos três ramos tenham uma oportunidade única de treinar para as operações complexas do futuro (Figura nº 5).



Figura nº 4 – Análise Pós-Ação de tropa dos EUA como parte do treinamento em operações de amplo espectro, em Hohenfels, Alemanha, em 10 de outubro de 2011

Fonte: (DOD, 2011).

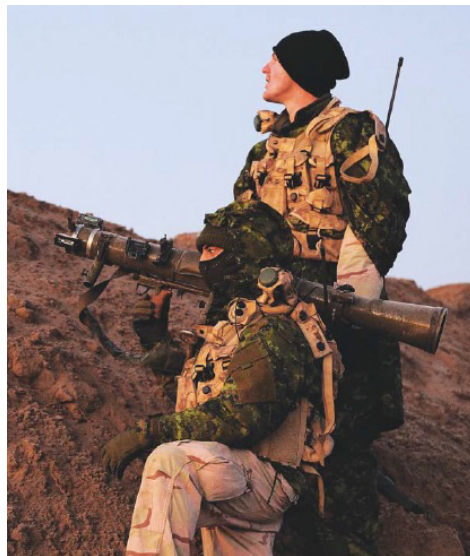


Figura nº 5 – Militares canadenses, atuando como insurgentes, preparam-se para atacar um comboio de veículos durante o Exercício Maple Resolve, no CMTC, em outubro de 2011

Fonte: (Moore, 2012, p. 113).

Há que se considerar, também, os valiosos ensinamentos adquiridos pelas tropas brasileiras no Haiti, desde o ano 2004, onde as operações de amplo espectro estão sendo abordadas há muito tempo.

O trabalho conjunto e integrado da vertente militar com agências governamentais, não-governamentais e privadas, entre outras instituições e atores, sob o enfoque do apoio à população, traduz perfeitamente o conceito de operações de amplo espectro, na medida em que ações de segurança, de ajuda humanitária, de reconstrução, entre outras, ocorrem simultaneamente.

Além da brilhante participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o recente emprego do EB na pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, de dezembro de 2010 a julho de 2012, e do Complexo da Maré, desde 5 de abril de 2014 e ainda em execução, tem se caracterizado como fonte de inúmeros ensinamentos e lições aprendidas, sendo muitos deles ligados às operações de amplo espectro.

Após ter-se atingido uma situação-limite, o Governo do Estado do Rio de Janeiro solicitou a intervenção do Governo Federal, que por intermédio do MD, emitiu a Diretriz Ministerial nº 15, de 4 de dezembro de 2010, determinando o apoio das FA ao Governo do Estado. Nessa ocasião, começou a ser desenhado o emprego efetivo do EB nas ações integradas de pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha. A Op recebeu o nome de “Operação Arcanjo”. Já a operação no Complexo da Maré foi batizada de “Operação São Francisco”.

Com a organização da Força de Pacificação, liderada pelo EB, passaram a ser executadas, simultaneamente, ações de preservação da ordem pública nas comunidades, patrulhamento, revistas, detenção em flagrante delito e atendimento à população sob as mais diversas formas.

É notório que a sensação de segurança estabelecida com a chegada das tropas permitiu que outras ações viessem à esteira e fossem executadas na região, no intuito de minorar a opressão e as condições de vida dos moradores dos Complexos da Penha e do Alemão. Igual situação tem sido verificada no Complexo da Maré.

As parcerias formadas, a atuação de diferentes agências, a presença do Estado e o emprego firme e ao mesmo tempo filantrópico das forças militares, caracterizam um quadro de operações de amplo espectro naquelas regiões.

Cumprido destacar que muito do que foi apresentado acima, passa a fazer parte da doutrina do EB, a partir da publicação, em setembro de 2013, das Bases para Transformação da Doutrina Militar Terrestre e, em janeiro de 2014, do Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 (Doutrina Militar Terrestre), segundo o qual as operações de amplo espectro recebem a seguinte definição:

“É o Conceito Operativo do Exército, que interpreta a atuação dos elementos da F Ter para obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra. Requer que comandantes em todos os níveis possuam alto grau de iniciativa e liderança, potencializando a sinergia das forças sob sua responsabilidade” (Brasil, 2014, pp. 4-4).

Pode-se inferir portanto, que as operações de amplo espectro, muito empregadas e difundidas principalmente pelo Exército norte-americano, têm plenas condições de serem aproveitadas pelo EB com as necessárias adaptações às idiossincrasias do Brasil. Visualiza-se ainda a região amazônica como o ambiente operacional mais propício à sua utilização, particularmente num quadro de conflito assimétrico.

2. Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo compreendendo as seguintes técnicas:

- a realização de um estudo descritivo, baseado nas fontes que abordam a temática da Amazônia brasileira e o conceito de guerra assimétrica, de operações de amplo espectro, bem como os possíveis focos de conflito assimétrico na região amazônica. O estudo descritivo, conforme Alves (2007), tem por objetivo primordial a descrição de características de determinado fenômeno ou ainda o estabelecimento de relações entre fenômenos (variáveis);
- o método foi o comparativo, levando-se em conta o que prescreve a doutrina brasileira e a do Exército dos EUA. O método comparativo foi complementado por uma abordagem histórica do assunto; e
- o tratamento dos dados obtidos no trabalho foi predominantemente qualitativo. A análise desses dados foi baseada em métodos estatísticos e gráficos.

Inferiu-se portanto que o estudo de campo foi qualitativo, cuja abordagem foi utilizada na análise interpretativa dos dados (Fachin, 2006).

Segundo Costa et al. (2001, p. 39):

“Uma pesquisa pode ter abordagem qualitativa e/ou quantitativa. A qualitativa se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada. Ela trabalha com o subjetivo dos sujeitos (crenças, valores, atitudes, etc.). Esta abordagem também pode trabalhar com dados, porém, o tratamento não deve envolver estatística avançada”.

O estudo foi dividido em duas partes: a primeira com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e a segunda com a pesquisa ou trabalho de campo.

A recolha do material bibliográfico foi realizada mediante consulta às bibliotecas das Escolas Militares e das Universidades, às bibliotecas dos centros de estudos estratégicos, aos catálogos de Organismos Internacionais, Governamentais e Não-Governamentais disponíveis na internet, bem como outros documentos disponíveis na mesma.

Os instrumentos utilizados foram obras de autores consagrados no meio acadêmico que faziam referência ao assunto, periódicos, teses, dissertações, manuais de campanha brasileiros e estrangeiros (particularmente norte-americanos), trabalhos de final de curso e *internet*.

O trabalho de campo foi realizada após a seleção das fontes – militares, civis e estudiosos do assunto – e por meio de contactos pessoais, via correio ou e-mail.

A metodologia do trabalho de campo assentou nas opiniões colhidas de autoridades com reconhecida competência no assunto em apreço, bom como na análise dos dados obtidos no decorrer da pesquisa bibliográfica e documental, de forma a ratificar ou retificar as conclusões obtidas com o trabalho inicial.

O trabalho de campo teve duas abordagens distintas, relacionadas com as restrições de tempo e de recursos para a sua conclusão. A primeira abordagem referiu-se aos inquiridos cujo domicílio profissional se encontrava na região do Rio de Janeiro. Com esses foi possível aplicar questionários ou realizar entrevistas parcialmente estruturadas.

Por outro lado, a segunda abordagem propôs-se a buscar dados com as entidades militares, académicos e estudiosos do assunto residentes noutras regiões do país. Tratou-se da aplicação de questionários, que continham perguntas abertas e fechadas. Procurou-se empregar preferencialmente as ferramentas disponíveis na internet, entretanto o emprego do serviço de correio também foi utilizado.

Importa referir que os respondentes às entrevistas apoiaram suas respostas e comentários em descrições operacionalizadas dos conceitos de operações de amplo espectro e de conflitos assimétricos.

O trabalho de campo seguiu a seguinte sistemática, prevista por (Gil, 2002):

- a. elaboração dos instrumentos de pesquisa;
- b. validação dos instrumentos;
- c. aplicação dos instrumentos na amostra selecionada; e
- d. interpretação e transcrição.

A partir da recolha de dados, foi feita uma análise crítica dos mesmos. Elaborou-se de seguida, o texto referente ao relatório da pesquisa abordando as questões investigadas e as respostas decorrentes. Em função da confirmação ou não da hipótese, foram formuladas as conclusões e recomendações, com os aperfeiçoamentos a serem sugeridos para o emprego da F Ter em operações dessa natureza.

Destaca-se que a pesquisa apresentou como limitação a impossibilidade de se verificar a confirmação e a pertinência dos possíveis aperfeiçoamentos sugeridos por meio de uma experimentação direta. Para minimizar tal deficiência, o trabalho procurou o máximo de dados históricos que corroboraram as soluções encontradas para o problema proposto.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o universo foi composto da forma que será descrita abaixo.

Na primeira parte dos resultados:

- militares das FA do Brasil;
- militares das FA de Países Amigos; e
- civis e académicos estudiosos do assunto.

Para a consecução dos objetivos do trabalho académico, a amostra foi definida como se segue:

- militares das FA, civis e académicos que estudam ou trabalham com o tema em epígrafe no MD;

- militares do EB que estudam ou trabalham com o tema em epígrafe no Comando de Operações Terrestres;
- militares do EB que estudam ou trabalham com o tema no Estado-Maior do Exército;
- militares do EB que estudam ou trabalham com o tema em epígrafe na Escola Superior de Guerra;
- militares do EB que participam ou participaram de Op na Amazônia;
- militares do EB possuidores do Curso de Operações na Selva, que sirvam ou tenham servido na região amazônica;
- militares integrantes dos Grandes Comandos, Grandes Unidades e Centro de Operações do Comando Militar da Amazônia;
- militares de Nações Amigas, nomeadamente dos EUA, que se encontram na função de instrutor ou que estejam a realizar o Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e

Na segunda parte dos resultados:

- especialista do assunto (realizou o Curso de Guerra Assimétrica na Colômbia, em 2011): Major de Infantaria José Roberto de Vasconcellos Cruz; e
- estudiosos do assunto (ligados ao debate e ao estudo de questões referentes aos conflitos modernos, especialmente aqueles que se encontram vinculados às estratégias correntes de projeção do Brasil no concerto das nações, à proteção da Amazônia brasileira e à aplicação de novas formas de combate face às incertezas decorrentes dos conflitos de 4ª geração): General-de-Exército R/1 Carlos Alberto Pinto Silva, General-de-Brigada R/1 Luiz Eduardo Rocha Paiva e Tenente-Coronel de Infantaria Alessandro Visacro.

Na perspectiva da análise do conteúdo, referente ao processo de escolha de categorias, adotou-se o critério semântico apresentado por Bardin (1977, pp. 117-118), em que foram estabelecidos dois grandes temas distintos: as operações de amplo espectro e os conflitos assimétricos.

As hipóteses levantadas para o presente estudo foram as seguintes:

- os conflitos assimétricos tendem a propagar-se em território amazônico, pelo que consideramos a necessidade de preparação específica do EB a fim de se contrapor a estas ameaças;
- existe ausência do Estado Brasileiro em determinadas regiões da Amazônia, pelo que há o incremento de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores nocivos à estabilidade da região e à segurança nacional; e
- as operações de amplo espectro abarcam atividades que trazem benefícios à população, pelo que a sua aplicação será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas de um possível conflito assimétrico.

As variáveis empregues estão caracterizadas na Tabela nº I. Além disso, é preciso destacar que no decorrer do estudo algumas variáveis intervenientes também foram consideradas.

Tabela nº I – Quadro de Variáveis

Variáveis Independentes	Indicadores das variáveis independentes	Indicadores das variáveis dependentes	Variáveis dependentes
	Variáveis Intervinentes		
Propagação de conflitos assimétricos na região amazônica.	Novas formas de combate e reivindicações.	Desenvolvimento de novas formas de combate para se contrapor aos conflitos de 4ª geração.	Necessidade de preparação específica do Exército Brasileiro a fim de se contrapor a estas ameaças
Ausência do Estado Brasileiro em determinadas regiões da Amazônia.	Falta de prioridade do Governo às questões mais sensíveis da região Norte do país.	Preenchimento de espaços não ocupados pelo Estado e verificação de ambiente propício para propagação de ideologias ou execução de ilícitos.	A evolução de movimentos sociais, crime organizado ou outros organismos/atores – patrocinados ou não por agentes internos ou externos – nocivos à estabilidade da região e à Segurança Nacional.
Abrangência de atividades que trazem benefícios à população pelas operações de amplo espectro.	Apoio Estatal ao incremento da economia e ao desenvolvimento humano de localidades atingidas pelo conflito.	Conciliação das ações de combate com as ações de estabilização e de apoio à população (amplo espectro).	A aplicação da nova doutrina de operações de amplo espectro será importante para conquistar o apoio dos habitantes das áreas de um possível conflito assimétrico.

Fonte: Elaboração do Autor.

3. Análise dos resultados

Os resultados do trabalho receberam uma abordagem eminentemente qualitativa.

De maneira geral, a maioria dos inquiridos concordou com as afirmações e corroborou as hipóteses elencadas para o trabalho. Os principais resultados da pesquisa são apresentados a seguir:

- 67% dos inquiridos concorda totalmente que a propagação de conflitos assimétricos na região amazônica – originários do que se convencionou chamar de “novas ameaças”, bem como de movimentos sociais e outros movimentos ou organizações que possam comprometer a ordem constitucional – é uma realidade e, portanto, deve ser inibida desde os dias de hoje, a fim de evitar danos irreversíveis no futuro. Para tal, o EB deve adquirir o conhecimento, doutrina e preparação adequados para fazer face a essas questões;

- 68% dos inquiridos concorda totalmente que o EB precisa obter preparação específica para conflitos de caráter assimétrico. Esse aspecto é um verdadeiro sinal de alerta para que sejam estudadas formas de inserir assuntos relativos ao combate assimétrico nos currículos

das Escolas das FA, bem como nos Programas Padrão das Organizações Militares dos três Ramos. Pode-se ir além e buscar um “preparo interagências”, a fim de reunir todas as partes envolvidas e destinadas à manutenção da ordem e da soberania na Amazônia brasileira. Como foi apresentado no presente trabalho, as experiências de outros países nessa questão é de fundamental importância para se obter um ponto de partida e aprender com os erros e acertos dessas nações;

- para os inquiridos, as duas situações que mais se destacaram como provável origem de conflitos assimétricos foram as “questões indígenas” (40%) e as “organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e/ou à narcoguerrilha” (28%);

- 62% dos inquiridos concorda que o EB pode aproveitar a experiência norte-americana em conflitos assimétricos, a fim de se desenvolver uma doutrina autóctone. Como amplamente discutido no presente trabalho, isso não significa dizer que se deva ficar preso a doutrinas estrangeiras. Porém, a simples constatação de que há necessidade de se pensar em conflitos assimétricos e de se aproximar de soluções viáveis para se contrapor a eles é já um grande passo para o pensamento nacional em relação ao assunto, preservando a nação de futuros derramamentos de sangue;

- de forma bastante similar, 59% dos inquiridos concorda que o Exército colombiano tem ensinamentos a transmitir ao EB, após quase meio século de combate contra as FARC. Além disso, o terreno onde se dão a maioria dos combates é na selva, o que pode trazer grandes contribuições para a doutrina brasileira em função da similaridade com a Amazônia brasileira. Logicamente que a guerra contra as FARC possui as suas idiosincrasias, mas a hipótese de que a narcoguerrilha está a ganhar força e a conquistar terreno – inclusive o humano – é uma realidade, particularmente nas fronteiras do Norte do Brasil;

- de maneira análoga, 63% das fontes concordam que as experiências peruanas devem ser aproveitadas. É um facto que o Sendero Luminoso perdeu envergadura de combate alguns anos atrás. Contudo, a associação da organização ao narcotráfico fez renascer a luta, agora com outros interesses, contra as FA peruanas. Os ensinamentos decorrentes desses combates podem ser de fundamental importância para o desenvolvimento e implantação da doutrina brasileira. De igual forma, o terreno é um fator que aproxima a realidade peruana da realidade brasileira na região amazônica;

- 48% dos inquiridos, concorda que as operações de amplo espectro permitem o apoio à população amazônica atingida pela deflagração de um conflito assimétrico. Devendo abarcar uma gama variada de atividades, as operações de amplo espectro não podem prescindir de conquistar aquele que pode ser considerado o centro de gravidade de um conflito dessa intensidade e natureza: a população. Caso contrário, todas as demais ações poderão estar condenadas ao insucesso;

- sendo este o tema central da presente pesquisa e tendo a grande maioria das fontes (60%) respondido que considera muito importante o desenvolvimento da doutrina das operações de amplo espectro por parte do EB, é correto supor que o presente trabalho é dotado de grande validade e pertinência. Dessa maneira, pode inferir-se que não somente

o EB, mas as FA como um todo, por intermédio do MD, devem trabalhar no sentido de introduzir os conceitos decorrentes dessa temática nos três Ramos; e

- da análise das informações transmitidas pelos dois oficiais norte-americanos (um a realizar o Curso e o outro na função de instrutor da ECEME), depreende-se que o conceito de operações de amplo espectro pode ser aproveitado pelas FA brasileiras, mas com as necessárias adaptações. Ressalta-se ainda que os ensinamentos retirados na Guerra do Vietname podem ser de grande valia para o cenário amazônico, no contexto de um conflito assimétrico.

Na segunda parte dos resultados, pode-se afirmar de forma resumida que todos os inquiridos – quais sejam: General-de-Exército R/1 Pinto Silva, General-de-Brigada R/1 Rocha Paiva, Tenente-Coronel Visacro e Major Cruz –, estudiosos do assunto ou especialistas em conflitos assimétricos, confirmam as hipóteses do trabalho e visualizam a necessidade de preparação específica das FA.

Fazendo uma confrontação entre a pesquisa quantitativa e qualitativa, verifica-se que ambas concordaram sobre a propagação de conflitos assimétricos em território amazônico, bem como a caracterização das operações de amplo espectro como alternativa viável para se contrapor a este tipo de ameaça.

Uma operação de amplo espectro a ser desenvolvida pelas FA brasileiras contra os atores ou ameaças já citados, deve levar em consideração as peculiaridades do Brasil, uma vez que o emprego de força desproporcional pelas forças brasileiras pode favorecer a intenção de agentes externos. Portanto, para o caso brasileiro, deve desenvolver-se uma doutrina muito particular, devendo para tal ter-se como referência a doutrina já existente noutros países, mas também ter-se em mente as idiossincrasias do Brasil e de suas FA.

Conclusões

Os conflitos contemporâneos são, na verdade, uma síntese de várias formas. São híbridos, voláteis, incertos, não convencionais e não lineares, mas, ao mesmo tempo, podem ser regulares e tradicionais. Os combates são assimétricos.

Conflito assimétrico, em tese, é um combate entre forças regulares consolidadas, com poder militar incontestavelmente superior, e forças irregulares de diferentes especificidades e capacidades militares. Indubitavelmente, o conflito irregular assimétrico descortina-se como o conflito armado do século XXI.

Os prognósticos apontam cenários de uma árdua confrontação extremamente complexa e de longa duração. De uma forma diversa dos conflitos armados convencionais, não é possível estabelecer como estado final desejado a assinatura de um termo de rendição ou de um armistício. Significa uma luta em que a vitória é obtida no dia-a-dia, na medida em que os mecanismos ativados pelo Estado e pelos contendores impeçam ou atenuem os trágicos derramamentos de sangue de gente inocente.

No Brasil, há uma região importante, legado dos seus antepassados e celeiro de infindáveis riquezas, humanas e naturais: a Amazônia. No seu seio eclodem diversos problemas, cuja urgência e soluções denotam um quadro preocupante.

Merecem especial destaque as questões ambientais, as questões fundiárias, as questões indígenas e a narcoguerrilha com as suas nefastas associações ao crime organizado.

Nesse mister, torna-se necessário o desenvolvimento de ações preventivas e proativas. Apesar da mudança dos atores e do cenário, mantêm-se ainda válidos os princípios fundamentais do conceito de ação militar. Segundo estas premissas, a eliminação de ameaças latentes deve ser perseguida com a antecipação das ações e a redução do risco, por intermédio da neutralização dos centros nevrálgicos dos opositores.

Além disso, deve considerar-se que as operações militares por si só não são suficientes para assegurarem o êxito. Por isso, torna-se necessário o esforço de outras áreas do Poder Nacional, a fim de contribuir na solução dos conflitos. Com isso, a integração dos esforços militares e dos campos político (diplomático), económico e psicossocial constitui um dos fatores de sucesso no combate contra forças que utilizam táticas, técnicas e procedimentos de guerra irregular.

Atentos a estas ameaças globais emergentes, os EUA desenvolveram o conceito de operações de amplo espectro, que passou a caracterizar-se no “conceito operacional” do Exército dos EUA, constante do manual FM 3-0 (Operações), até 2011, ano em que sofreu novas alterações. Esse documento chave da condução das operações pelo Exército norte-americano inovou ao referir que as tropas deveriam estar em condições de atuar em operações ofensivas, defensivas e de estabilização/apoio à população, ou seja, ser empregues num amplo espectro de conflito.

Em novembro de 2011, o Exército norte-americano reestruturou a sua doutrina criando a ADP 3-0. Nesse documento, o termo “operações de amplo espectro” foi substituído por “operações terrestres unificadas”, mudando-se o conceito operacional. Além disso, passou-se a utilizar o termo “operação decisiva” para substituir o termo “operações de amplo espectro” aplicado às atividades simultâneas de ofensiva, defensiva e de estabilização/apoio de defesa para autoridades civis. A ideia de combinação de diferentes tipos de operações persiste, embora a ideia central seja: sincronização, coordenação e/ou integração de atividades de entidades governamentais e não-governamentais com as operações militares para atingir a unidade de esforço.

Analisando as alterações supramencionadas, pode-se dizer que independentemente da terminologia utilizada, o que importa, de facto, é a forma de emprego das tropas e como elas irão responder aos óbices, às ameaças e às missões impostas.

Nesse contexto, as operações de amplo espectro continuam atuais e merecem ser aproveitadas e trabalhadas pelo EB. Sinal dessa importância, é a recente publicação da nova Doutrina Militar Terrestre, elevando as operações de amplo espectro ao grau de conceito operativo do Exército.

Cabe ressaltar que o trabalho de campo realizado permitiu corroborar a premissa acima apresentada, particularmente em relação ao posicionamento favorável às operações de amplo espectro na Amazônia por parte de pensadores de renome, articulistas, pesquisadores e militares da atualidade.

As operações de amplo espectro já têm vindo a ser utilizadas de forma discreta, empírica e indireta por forças militares brasileiras. Algumas delas têm sucesso reconhecido internacionalmente como a participação das tropas brasileiras no Haiti, desde o ano de 2004, e o recente emprego de efetivos da F Ter na missão de pacificação dos Complexos do Alemão, da Penha e da Maré, no Rio de Janeiro. Nesses últimos casos, as operações de amplo espectro têm sido a tónica do planeamento e emprego dos militares, já que ações preventivas, repressivas, ofensivas, defensivas, de estabilização e/ou apoio à população – guardadas as proporções do ambiente operacional onde ocorrem – são executadas de forma simultânea e interligada.

Outros aspetos importantes como as Informações, Operações Interagências, Operações Psicológicas, Comunicação e Relações Públicas e o Terreno Humano são inseridos de forma sinérgica ao conceito de operações de amplo espectro.

Constata-se que já há algum tempo as operações de amplo espectro vêm sendo empregues no Teatro de Operações da Amazônia, mas apenas de maneira preventiva e voltadas para o desenvolvimento e integração da região. Todavia, não há o alcance, os meios, os incentivos, a conscientização, os recursos e as políticas necessárias para a sua ampla utilização.

É importante aproveitar os ensinamentos do passado. Os fatos históricos como a Guerrilha do Araguaia e as Operações “Traíra” e “Perro Loco” são recheados de lições, particularmente por se terem desenvolvido no ambiente operacional amazónico contra forças irregulares.

Além disso, as experiências do Exército colombiano contra as FARC e as experiências do Exército peruano contra o grupo revolucionário Sendero Luminoso são fontes valiosas de lições aprendidas e que devem ser valorizadas e utilizadas com as devidas adaptações.

É interessante repetir que as ameaças não estão longe do Brasil. Na verdade, elas já chegaram ao País e estão incrementando-se e proliferando-se cada vez mais. Possuir umas Forças Armadas adestradas, motivadas e integradas, associadas a compromissos concretos assumidos pelo Estado, que se traduzam em medidas concretas e efetivas, associadas ao envolvimento de toda a sociedade e a participação ativa de outros órgãos e agências, irá permitir uma adequada união de esforços e complementaridade dos mesmos. Estes são os imperativos para o sucesso das ações nos conflitos assimétricos na região amazónica.

Perante este contexto, verifica-se que a adoção e utilização por parte do EB, com as adaptações que se fizerem necessárias efetuar ao conceito de operações de amplo espectro, permitirá ser capaz de incrementar as ações de combate na Amazônia brasileira, no contexto de um conflito assimétrico. Todavia, não se pode deixar de implementar missões dessa natureza também em tempo de paz, conquistando corações e mentes da população com vista a conseguir garantir uma Amazônia mais protegida, desenvolvida e perfeitamente integrada em todo território brasileiro.

Referências Bibliográficas

- Alves, M, 2007. *Como Escrever Teses e Monografias: Um Roteiro Passo a Passo*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Assis, P, 2005. Amazônia: um Marco histórico para a Soberania Nacional. *Revista do Clube Militar*, 415, pp. 23-25.
- Bardin, L, 1977. *Análise de conteúdo*. Traduzido do francês por L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: edições 70.
- Bartolomé, MC, 2008. As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa. *Military Review*, 88(1), pp. 49-60.
- Becker, B, 2004. Limitações ao Exercício da Soberania na Região Amazônica. *Ciclo de Estudos Sobre a Amazônia*, pp. 135-219. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais.
- Benson, B, 2012. Unified Land Operations: the evolution of Army doctrine for success in the 21st century. *Military Review*, 92(2), pp. 2-12.
- Brasil, 2014. EB20-MF-10.102: *Doutrina Militar Terrestre*. Brasília, DF.
- Brasil, 2012. *Estratégia Nacional de Defesa*, 45. Brasília, DF.
- Brasil, 2012b. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF.
- Brasil, 2007. MD 35-G-01: Glossário das Forças Armadas. *Ministério da Defesa*, 4, Brasília, DF.
- Brasil, 2012c. MD33-M-12: Operações Interagências. *Ministério da Defesa*, 46. Brasília, DF: Ministério da Defesa.
- Brasil, 2012d. *Política Nacional de Defesa*, 10. Brasília, DF.
- Castro, F, 2007. Conflitos Assimétricos e a Adequação das Forças Armadas. *PADECEME*, 14, pp. 70-78.
- Clark, JP, 2012. The missed opportunity: a critique of ADP 3-0, Unified Land Operations. *Military Review*, 92(4), pp. 46-52.
- Clausewitz, C, 2010. *Da Guerra*. 3ª ed.. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Costa, D, 2001. *Visualizações da Guerra Assimétrica*. [Em linha]. Disponível em: www.esg.br/uploads/2009/03/darc7.pdf, [Consult. 28 dez. 2013].
- Costa, M et al., 2001. *Metodologia de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Department of Defence - DOD, 2011. *Multinational Troops Conduct Full Spectrum Training*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.defense.gov/photoessays/PhotoEssaySS.aspx?ID=2514>, [Consult. 29 dez. 2013].
- Echevarria II, AJ, 2005. *Fourth-generation war and other myths*. Carlisle Barracks: Army War College.
- EUA, 2011a. ADP 3-0. *Army. Department of the Army*. Washington, D.C.
- EUA, 2012. ADP 3-0. *Army. Department of the Army*. Washington, D.C.

- EUA, 2011b. FM 3-0, Change 1: Operations. *Department of the Army*. Washington, D.C.
- EUA, 2008. FM 7-0: Training for Full Spectrum Operations. *Army. Department of the Army*. Washington, D.C.
- EUA, 2011c. Training Units and Developing Leaders for Full Spectrum Operations. *Army. Department of the Army*. Washington, D.C.
- Fachin, O, 2006. *Fundamentos de Metodologia*. 5ª ed.. São Paulo: Saraiva.
- Gil, A, 2002. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed.. São Paulo: Atlas.
- Heydte, F, 1990. *A guerra irregular moderna: em políticas de defesa e como fenômeno militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2012. *Quilombolas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>, [Consult. 22 jan. 2014].
- Keegan, J, 1995. *Uma História da Guerra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Liang, Q et al., 2002. *Unrestricted Warfare: China's Master Plan to Destroy America*. Los Angeles: Pan American Publishing Company.
- MacFarland, S et al., 2008. O Despertar de Anbar - O Ponto Decisivo. *Military Review*, 88(4), pp. 79-92.
- Mendes, R, 2003. Guerra Assimétrica Riscos Assimétricos. *Military Review*, 83(2), pp. 46-54.
- Metz, S, 2001. Strategic Asymmetry. *Military Review*, 81(4), pp. 23-31.
- Moore, J, 2012. The Functions of Insurgent Violence: a Systems Perspective. *Canadian Army Journal*, 14, pp. 108-117.
- Paiva, L, 2006. Amazônia: Vulnerabilidade - Cobiça - Ameaça. *PADECEME*, 12, pp. 57-64.
- Pereira, A, 2011. *O desafio de defender a fronteira: Amazônia*. Entrevistado por J. Betting, F. Mitre e A. Teles [televisão]. Band, 15 mai. 23:00.
- Pesce, E et al., 2007. *O Que é Guerra de Quarta Geração?*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.reservaer.com.br/est-militares/guerra-de-quatro-geracoes.html>, [Consult. 28 dez. 2013].
- Pinheiro, A, 1995. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. *Military Review*, 75(1), pp. 58-79.
- Pinheiro, A, 2007. O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular. *PADECEME*, 16, pp. 16-33.
- Rosas, B, 2006. *Soberania sobre a Amazônia Legal*. [Em linha]. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/8314/soberania-sobre-a-amazonia-legal>, [Consult. 23 dez. 2013].
- Serrano, MOL, 2013. A guerra é filha única. *Coleção Meira Mattos*, 7(28), pp. 65-78.
- Silva, M, 2004. *Amazônia e Política de Defesa no Brasil*. Tese de dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas.

- Visacro, A, 2009. *Guerra Irregular: Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História*. São Paulo: Contexto.
- Vizentini, P, 2005. *A Amazônia e a Política Externa Brasileira*. [Em linha]. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/vida-universitaria/noticia/2005/03/11/487792/amaznia-e-politica-externa-brasileira.html>, [Consult. 22 dez. 2013].
- Wallace, W, 2008. FM 3-0 Operations: the Army's Blueprint. *Military Review*, 88, pp. 2-7.